DO PARTIDO DA ESCOLA A ESCOLA SEM PARTIDO: NORMATIZAÇÕES, HETERONOMIAS

FROM SCHOOL PARTY TO SCHOOL WITHOUT PARTY: NORMATIZATIONS AND HETERONOMIES

DOI: <https://doi.org/10.22388/2525-5894.2018.0063>

Fátima Modesto de Oliveira - Bacharel em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Mestre em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na infância e na Adolescência da Universidade Federal de São Paulo, e-mail: fatimamodesto@hotmail.com

Parte de uma pesquisa historiográfica, teórica e documental sobre o projeto de lei Escola sem Partido e sua contiguidade com a Associação Brasileira de Educação (ABE), envolvendo uma investigação mais ampla em uma tese de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na infância e na Adolescência na Universidade Federal de São Paulo.

Resumo

Neste artigo, de cunho historiográfico, teórico e documental busca-se analisar ideias educacionais como é o caso das que estão presentes na Associação Brasileiro de Educação (ABE) e em sua versão contemporânea "Escola sem Partido". Investiga-se, portanto, suas formas atuação enquanto dispositivos (possuidores de discursos e práticas) de implantação de políticas educacionais de viés autoritário. Produzindo com isso, normatividades e legitimações de uma política que envolve uma inculcação ideológica, resultando em conformidade social.

Palavras-chave: Escola sem Partido; Conformidade Social; Neoliberalismo; Estudos sobre vulnerabilidade

Abstract

In this article, of a historiographic, theoretical and documentary nature, it is sought to analyze educational ideas such as those present in the Brazilian Association of Education (ABE) and in its contemporary version, "School without a Party". Its forms are therefore actuated as devices (possessors of discourses and practices) of implementation of educational policies of authoritarian bias. Producing with this, normativities and legitimations of a policy that involves an ideological inculcation, resulting in social conformity.

Key-Words: School without Party Social Movement; Social Conformity; Neoliberalism; Vulnerability Study

INTRODUÇÃO

Este artigo foi inicialmente pensado como instrumento de compreensão sobre as possíveis mudanças no currículo educacional brasileiro e consequentemente na prática docente a partir da discussão da existência de dois projetos de lei, um deles é o de autoria do deputado Izalci (PSDB-DF)¹ e outro é o do senador Magno Malta (PR-ES), ambos pretendem alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para a inclusão do “Programa Escola Sem Partido”.

Como apêndice de tais projetos existe um Projeto de Lei de autoria do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que pretende alterar o Código Penal, para inclusão de detenção de três meses a um ano para professor que praticar o dito “assédio ideológico”².

Vera Masagão Ribeiro na apresentação da coletânea que reúne artigos que tematizam o movimento Escola sem Partido (ESP) publicado pela Ação Educativa em 2016, nos lembra que o ESP foi veiculado por meio de um sítio na internet³ desde 2004, todavia, adquire maior visibilidade a partir de 2014 com o avanço da tramitação de projetos lei e, nesse contexto, começam a circular notícias de docentes sendo intimidados por notificações extrajudiciais, cujo modelo é fornecido no site do movimento, a fim de coibir a suposta doutrinação ideológica dos professores⁴.

Pode-se dizer que esses são elementos do presente que nos levam a pensar o tempo passado, por isso, este projeto busca compreender a existência de uma legitimação de práticas autoritárias no âmbito escolar brasileiro. Observa-se, portanto, ao longo da história, ideários que pretenderam fundamentar cientificamente a segregação social, como é o caso, por exemplo, do ideário médico-eugênico, compartilhado por vários educadores brasileiros, proporcionando a entrada da ciência da eugenia no discurso e no debate social, fazendo com que o mito do branqueamento repousasse em uma idealização de branquidade.

Além disso, busca-se o entendimento de certas práticas que envolvem, não somente uma seleção na escola, com a presença de práticas de segregação, mas também, com a observação da existência de um controle ideológico que se manifesta por meio de Projetos de Lei como o “Escola sem Partido” e o projeto “Exército vai às Escolas”⁵.

Portanto, quais ideias educacionais presentes na história da educação brasileira fundamentaram tais projetos na contemporaneidade?

Nesse sentido, o diálogo entre a história da educação, a história das ideias educacionais e a história cultural nos traz considerações que auxiliam nas observações das transformações atuais no âmbito educacional. Isso se dá por meio da análise da existência de um pensamento conservador presente na escola ao longo da história, facilitando a compreensão das representações desse recrudescimento autoritário no contexto atual.

O Projeto de Lei “Escola sem Partido, foi recentemente retirado do senado por seus idealizadores⁶ em caráter definitivo, mas isso não remove seu significado enquanto uma demanda relacionada ao pensamento

¹ <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>

² Tipifica o crime de Assédio Ideológico. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1330054>

³ <http://escolasempartido.org/depoimentos/252-mensagem-enviada-por-felipe-svaluto-em-maio-de-2004>

⁴ Em 2017, professores de todo o país foram perseguidos, processados ou responderam sindicâncias por “doutrinação ideológica”. Alguns recebem um e-mail de Miguel Nagib, coordenador do ESP, dizendo ter recebido denúncias e documentos referentes à prática doutrinária em sala de aula. Instituições abrem sindicância contra o professor. Em 2013 já havia alunos pelo país acusando professores de doutrinação marxista: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/10/universitario-se-recusa-fazer-trabalho-sobre-marx-e-escreve-carta.html>

⁵ <http://www.educacao.rs.gov.br/projeto-exercito-vai-as-escolas-comeca-no-segundo-semester>

⁶ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>

conservador com suas persistências situadas em ideários, mentalidades e discursos que engendram efeitos nos âmbitos educacionais.

Um ponto a ser entendido é que o sistema de ensino pode ser um lócus de reprodução social⁷, palco de fatores eficazes de conservação social e, portanto, interessam-nos os efeitos sociais do Projeto Escola sem Partido por meio da promoção de discursos, possuidores de resultados ideológicos que persistem no imaginário social independentemente de suas manobras atuais no universo das leis.

O arcabouço teórico fornecido pela História da Educação constitui em instrumento necessário para o entendimento de persistências (com nova roupagem ou não) de políticas de ensino, projetos, decretos de leis, práticas e discursos educacionais ao longo da história⁸ brasileira que legitimam um sistema que pode ser seletivo e excludente.

Interessa-nos, neste artigo estabelecer uma articulação entre a tendência ao pensamento neoliberal, ultradireitista e conservador, preconizada pelo movimento Escola sem Partido e as mudanças políticas e sociais que ocorreram ao longo da História sob um controle que tem como objetivo, uma conservação sem colocar em risco a hegemonia do poder conservador, realimentando constantes reconfigurações mantendo um padrão de normatividade por meio de instrumentos de legitimações políticas e inculcações ideológicas.

Busca-se, portanto, investigar essas permanências que possuem como pano de fundo, tentativas de sistematizações de condutas com suas raízes, na elaboração de programas de higienização mental⁹ e social presentes a partir das décadas de 20 e 30¹⁰ tendo como contexto social primordial de atuação o campo escolar.

METODOLOGIA

Este artigo adotou uma abordagem qualitativa e o procedimento técnico metodológico utilizado foi a análise documental por meio da observação de documentos legais e institucionais, além de textos e livros como fonte de pesquisa. Além disso, a pesquisa possui um caráter historiográfico situando-se no âmbito da história cultural história da educação a fim de se compreender as representações de um recrudescimento autoritário.

⁷ Bourdieu (1998) deixa claro que o sistema educacional é um dos fatores mais eficazes de conservação social, já que fornece uma aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e ao mesmo tempo, ratifica a herança cultural e a idéia de "dom natural". Sobre esse assunto veja: BOURDIEU, P. Escritos de educação. NOGUEIRA, M.A e CATANI, A.M. (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

⁸ Como é o caso da presença do artigo 477 da década de 1960 e outras iniciativas como o Plano Atcon, as orientações da Associação Internacional de Desenvolvimento, o Relatório Meira Matos e o Relatório do Grupo de Trabalho Universitário (GTRU) instituído pelo MEC para estudar a crise da universidade. Sendo relevante analisar a implementação e os desdobramentos da série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID).

⁹ As pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Higienismo e Eugenia (GEPHE) da Universidade Estadual de Maringá são exemplares sobre esse tema como é o caso da Dissertação de Mestrado que pesquisa a atuação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) que realizou um programa de higiene mental e eugenia no âmbito escolar e social: <http://old.ppi.uem.br/gephe/>; FIGUEIRA, FERNANDA FREIRE. A Liga Brasileira de Higiene Mental e a Psicologia no Brasil.

¹⁰ Nancy Leys Stepan (2005) aborda a questão da eugenia, termo cunhado pelo cientista britânico Francis Galton em 1883 para designar uma ciência que irá buscar uma "melhoria racial". No que diz respeito ao contexto latino, a demanda por "regeneração nacional" e "aprimoramento racial" não gerou políticas de esterilização dos ditos "inaptos e inferiores", mas buscou caminhos originais e perversos para "civilizar" a América Latina e suas populações. Ricardo Augusto dos Santos (2010) nos diz que o Estado não comporta apenas aparelhos de coerção que possibilitam uma dominação, mas ele também produz uma direção intelectual. A linha argumentativa deste autor nos leva a pensar como os intelectuais do campo eugênico construíram suas práticas e representações frente aos demais grupos organizados da sociedade, e como disputavam e consolidavam sua presença nas diversas agências estatais: STEPAN, Nancy Leys. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Fiocruz, 2005. SANTOS, Ricardo Augusto dos. Os Intelectuais e a ética da crueldade. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio de Janeiro, 19 a 23-07-2010. Rio de Janeiro, 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao ser lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932¹¹, documento ideado a partir da IV Conferência Nacional de Educação (CNE) ¹²em 1931, algumas consequências e ecos políticos e sociais despontam naquele contexto histórico que vão além da promessa feita pelos pioneiros, em seu papel de “*establishment*” da época, preconizando serem os condutores da modernidade do país por meio da educação.

Marta Maria Chagas de Carvalho (1998) ao destacar a ideia de “reconstrução social pela reconstrução educacional” presente no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova por meio do pensamento de Fernando Azevedo, destaca que esse desfecho em busca do “novo” se dá na revolução de 1930, colocando em cena uma consciência educacional.

Um dos dispositivos que viabilizaram essa consciência educacional na busca por gerar um estado de consciência nacional foi o Club dos Bandeirantes do Brasil, tal como definiu Carvalho, esta era uma “organização de caráter tendencialmente fascista”, (CARVALHO, 1998: 88), tendo a presença em seus órgãos diretores, membros do Conselho da Associação Brasileira de Educação (ABE) ¹³.

Cria-se o Ministério da Educação, reorganiza-se o ensino secundário e superior tendo como pano de fundo uma disputa permeada por um ardor que busca o “novo”, nutrindo como inimigo o “velho”, constituindo com isso, uma categoria explicativa primordial desse momento, ou seja, a oposição tradicionalismo e renovação.

Tal categoria representa na visão de Azevedo e seus congêneres¹⁴ uma ruptura com a política oligárquica, um embate contra o arcaico. Carvalho (1998) percebe no discurso de Azevedo que essa oposição entre tradicionalistas e renovadores, funciona como uma regra de ordenação, mas que ao mesmo tempo, essas duas vertentes moviam-se em um mesmo campo de debates, por isso, nas “propostas, as semelhanças eram mais relevantes que as diferenças (CARVALHO, 1998, p. 24).

Segundo Marta Maria Chagas de Carvalho, essas semelhanças estavam na busca pela formação de uma nacionalidade, projeto que tinha como premissa a concepção de que a nação só poderia constituir-se por meio de um comando, e esse comando teria como parâmetro o pensamento da elite¹⁵.

¹¹ AZEVEDO, Fernando et al. O manifesto dos pioneiros da educação nova. São Paulo: Nacional, 1932.

¹² Conferências organizadas pela Associação Brasileira de Educação (ABE) a partir da década de 20, no mesmo período em que Nancy Leys Stepan (2005) ressalta em suas pesquisas que o pensamento eugênico presente nessa época identificava-se com a ideia de saneamento por meio das ideias de cientistas e reformadores sociais, sendo esse um importante instrumento para estudos da interação entre ciência e ideologia social: STEPAN, Nancy Leys. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Fiocruz, 2005.

¹³ Associação Brasileira de Educação criada em 1924 a partir da tentativa de fundar o partido da Ação Social: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998. Segundo Carvalho, a ABE foi criada por um grupo de intelectuais que eram em sua maior parte engenheiros da Escola Politécnica, atuando como “órgão de opinião das classes cultas”, e preocupados com debates relacionados ao âmbito educacional e propaganda cívica. A associação atingiu visibilidade nacional a partir das Conferências Nacionais de Educação. Em 1932, passa a ser administrada pelos Pioneiros da Educação Nova. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Escola, Memória, Historiografia: a produção do vazio. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 10-15, 1993.

¹⁴ Afranio Peixoto A. de Sampaio Doria, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros e Noemy M. da Silveira: AZEVEDO, Fernando et al. O manifesto dos pioneiros da educação nova. São Paulo: Nacional, 1932.

¹⁵ A definição de elite adotada aqui é aquela trazida por José Willington Germano (1990) que entende que ao falarmos de “elite” estamos diante de um “bloco no poder, que envolve uma articulação entre o conjunto das classes dominantes, ou seja, burguesia

Entende-se que neste caso, existe a intenção de uma programação, de um molde, que envolvem mecanismos de controle social objetivando a educação como um instrumento de conformação de indivíduos a uma sociedade desejada, uma espécie de ideal civilizatório da sociedade. Para Carvalho isso implica em uma organização da sociedade e da escola sob o modelo da fábrica, trazendo medidas de racionalização de atividades escolares, ao lado de dispositivos de moralização envolta nas rotinas “em festas, comemorações cívicas e preleções [...]” (CARVALHO, 1998, p. 155).

Assim, a educação é apreendida como “um meio de formação dos homens exigidos pelo padrão civilizatório que se pretende instaurar no país” (CARVALHO, 1998, p. 41). Conforme aponta Carvalho, a Associação Brasileira de Educação (ABE) nasce em 1924 no Rio de Janeiro, a partir do insucesso da organização da Ação Nacional, que tinha como documento inicial entrelaçamentos com os propósitos educacionais reformistas, além de preconizar um programa de reordenação político-jurídica do país.

Tal como enfatizou, a autora, essa plataforma política atrelava-se com o “delineamento de uma reforma educacional destinada a modificar a mentalidade das novas gerações de classes médias” (CARVALHO, 1998, p. 55).

Carvalho, ainda destaca, que o grupo de intelectuais presentes na Associação Brasileira de Educação (ABE) se auto-representou como elite e, ao mesmo tempo, se auto incumbiu de organizar o país, moldando projetos de ação política por meio de um discurso que anunciava uma despolitização, propondo-se a ser uma “organização apolítica” com “vocação cívica”, aparentemente sem “nenhuma cor política ou religiosa” (CARVALHO, 1998, p. 99).

Nesse caso, a educação era o principal instrumento para a ABE colocar em prática um recurso de “moldagem”. Concebia-se a educação como “dever”, em busca de uma realização de nacionalidade subordinando-se ao que era entendido como formação cívica. Consequentemente o poder era legitimado como se “procedesse de máximas originárias da vontade dos dominados [...]”, sendo esse um “requisito geral dos processos de dominação, inclusive no liberalismo” (CARVALHO, 1998, p. 42).

Assim, a ABE avança por meio de uma campanha apolítica e ao mesmo tempo, cívica pela “causa educacional”, transparecendo nas pesquisas de Marta Maria Chagas de Carvalho os campos de intervenção em que se deu a atuação política de seus organizadores, como é o caso da participação no Partido Democrático do Distrito Federal e no Club dos Bandeirantes do Brasil¹⁶ através de atribuições de sentido a Educação que estavam vinculadas a saúde, a moral e a organização racional do trabalho.

No que diz respeito ao Club dos Bandeirantes do Brasil, a ele caberia elaborar um estado de consciência almejado para a nação, instaurando uma nova mentalidade- “a mentalidade H.B. (Homem Bandeirante), que surgiu no país como fato novo a anunciar um “Brasil de amanhã” que se efetivaria [...], quando tal mentalidade se generalizasse [...]” (CARVALHO, 1998, p. 94).

industrial e financeira – nacional e internacional-, o capital mercantil, latifundiários e militares, bem como uma camada (de caráter civil) de intelectuais e tecnocratas”: GERMANO, José Willington. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985): um estudo sobre as políticas educacionais. 1990. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) -Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP, Campinas, SP, UNICAMP.

¹⁶ Segundo Marta Maria Chagas de Carvalho, o Club dos Bandeirantes possuía sede no Rio de Janeiro, com ramificações em São Paulo e em Nova York. Atuava aguçando em seus seguidores a “aspiração de constituir-se na célula vital, a célula mater da “elite” nacionalista [...]” In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998, p.93.

A alcunha de “Partido da Educação Nacional” aplicado ao Partido Democrático tinha como concepção primordial, na visão de Fernando Magalhães¹⁷, a ideia de que um partido deve ser um “órgão de doutrinação, de pregação cívica” (CARVALHO, 1998, p. 42). Esse era o ideário do partido que instaurava um “programa de saneamento moral e político” no país (CARVALHO, 1998, p. 75).

A Atual a presença do Movimento Escola sem Partido, atrelado ao Movimento Brasil Livre (MBL¹⁸), possui a mesma tendência em instaurar uma prática organizadora do social por meio da educação, também presente na busca da ABE e no Partido Democrático naquele contexto histórico.

Ou seja, aquela educação, naquele contexto histórico, e essa educação preconizada pelo Movimento Escola sem Partido na contemporaneidade, não é “somente trabalho a ser desenvolvido a longo prazo pela escola, mas imediatamente, também pela organização político-partidária” (CARVALHO, 1998, p. 83).

Essa prática organizadora do social é vista como uma condição *sine qua non* para a “democracia”, entendida como “forma de vida organizada pelo influxo intelectual de “elites” sobre o “povo”, concebendo “democracia” como regime de governo no qual predomina a “opinião pública” e não conhecendo “opinião pública” senão como opinião orientada por elites intelectuais [...]” (CARVALHO, 1998, p. 84).

Deste modo, tanto no passado, quanto no presente, estamos diante de um esboço de uma proposta de efetivação de um regime de governo fundado na “opinião pública” que é precisamente a proposta de organização social que contém em sua essência a ação política de elites, que atuam por meio de uma “ação ideológica de constituição e controle da opinião, sendo o partido político a organização” (CARVALHO, 1998, p. 85). Tomar a “máquina governamental” é nessa estratégia o principal objetivo, para viabilizar uma política nacional de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal qual a Associação Brasileira de Educação e o Club dos Bandeirantes do Brasil, esses grupos, como o MBL e o Movimento Escola sem Partido, inicialmente buscaram seguidores para o liberalismo e o livre mercado, e em um momento posterior, investiram nas chamadas “guerras culturais”¹⁹ enquanto um instrumento de mobilização, buscando a adesão de conservadores morais²⁰ para a causa liberal.

¹⁷ Fernando de Magalhães, presidente da seção carioca da Associação Brasileira de Educação (ABE). Atualmente existe um sítio em construção na Internet onde os propósitos da administração atual desta associação serão analisados nessa tese de doutorado: <http://www.abe1924.org.br/quem-somos>

¹⁸ O Movimento Brasil Livre promove uma visão de mundo liberal, em defesa da livre iniciativa, livre concorrência, Estado mínimo, meritocracia e privatizações, fazendo uso de estratégias discursivas conservadoras e autoritárias

¹⁹ GALLEGOS, Esther Solano, ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Marcio. “Guerras culturais” e “populismo anti-petista” nas ruas de 2017. Fundação Friedrich Ebert Stiftung Brasil. Julho de 2017. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilen/13540.pdf>>

²⁰ No dia 10 de setembro de 2017 uma exposição sobre o movimento queer no Santander Cultural em Porto Alegre foi criminalizada por meio de acusações como pedofilia, zoofilia e pornografia após uma campanha realizada pelo Movimento Brasil Livre (MBL). Judith Butler entende a questão de gênero enquanto uma relação entre sujeitos socialmente constituídos em contextos especificáveis. Ou seja, não se vê um atributo fixo em uma pessoa em relação ao gênero e sim uma variável fluida que muda em diferentes contextos e em momentos diferentes. O Movimento Queer questiona o poder hegemônico e as fronteiras entre o normal e o anormal e será a partir desta teoria que autoras como Deborah Britzman pensam essa questão no âmbito da educação. Sobre o tema ver:

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora Record, 2003.

BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor-identidade homossexual, educação e currículo. Educação & Realidade, v. 21, n. 1, 1996.

Como destaca José Silvério Baía Horta (1997), ao nível do discurso e da legislação, estes temas que envolvem, a concepção da educação como um problema nacional, a ligação entre educação e saúde e a ênfase na educação moral, evoluirão sempre no mesmo sentido: colocar o sistema educacional a serviço da implantação de políticas autoritárias.

Em abril de 2017 o Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas se coloca diante dos efeitos do programa “Escola Sem Partido” no Brasil lembrando-nos sobre o Artigo 19 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, ratificado pelo Brasil em 1992²¹, que protege direitos relacionados à liberdade de pensar, partilhar ideias e informações, assegurando o direito social e cultural por meio da autodeterminação. Os relatores apontam o risco apresentado pelo Projeto Escola sem Partido ao evitar “o desenvolvimento de um pensamento crítico nos estudantes e a habilidade de refletir, concordar ou discordar com o que está exposto em aulas” ²².

Sob essa perspectiva, quais as consequências²³ para o pensamento autônomo em todos os níveis educacionais?²⁴

Cabe pensar em uma etnografia das fronteiras entre o cultural, o social e o político, entrelaçadas ao âmbito educacional, ao perceber a trajetória das concepções de educação que vão desde aquela que entende a educação como problema nacional, passando por aquela analisada por José Silvério Baía Horta (1997) onde a educação passará a ser considerada “problema de segurança nacional”.

Portanto, dirigir o olhar para o desenvolvimento dessas tendências conservadoras, que por trás da ideia de “neutralidade” e de uma aparente vocação apartidária pode ser um importante viés de análise que traz para a pesquisa educacional, uma visão interdisciplinar articulando conhecimentos da História da Educação com a Antropologia ao observar a presença no contemporâneo de um imaginário moral que sofre reconfigurações do passado.

Observar o que aponta Hanna Arendt (1989) ao trazer considerações sobre a função do racismo no domínio de classes, leva-nos a pensar sobre a importância de se mesclar esses dois eixos investigativos. Este olhar pode facilitar o que foi demonstrado por ela ao observar o potencial dessas ideologias. Negar o direito à subjetividade e desprezar o particular e o singular, possui potencial para uma conversão em espécies de “doutrinas nacionais oficiais”, que possuem como pano de fundo, ideologias que podem atuar como “moldes de pensamento” (ARENDT, 1989, p. 188).

Torna-se importante não desprezar uma possível existência (com algumas persistências e reconfigurações) de uma mentalidade conservadora no Brasil, engendrada por meio de uma conciliação do liberalismo econômico com o pensamento autoritário, patriarcal e ditatorial²⁵.

²¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm

²² <http://www.campanha.org.br/direitos-humanos/onu-se-manifesta-contr-o-escola-sem-partido-e-cita-mudancas-na-base-curricular/>

²³ A este respeito é importante considerar as observações de Canguilhem (2009) ao deixar claro que o normal não é um estado estático ou pacífico, mas, sim, um conceito dinâmico. O normal é continuamente produzido e redefinido pelo campo imanente de forças sociais. Macedo (2017) também nos traz considerações significativas sobre o modo pelo qual as negociações políticas presentes na elaboração da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) colocam em funcionamento uma normatividade neoliberal.: CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009; MACEDO, Elizabeth. *As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum*. Educação & Sociedade, v. 38, n. 139, 2017.

²⁴ O significado de autonomia que está sendo colocado aqui é no sentido de dar vazão a uma existência que possa dar margem a uma possibilidade de decisão vinda do interior do próprio sujeito e não uma espécie de mascaramento da realidade social produzida por uma pressão externa, como aponta Chauí (2011) ao definir ética e autonomia em oposição à heteronomia: CHAÚÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2011.

²⁵ Este pode ser um ponto inicial para investigar dilemas atuais onde acontece uma convivência entre ideias modernas e arcaicas presentes em um só momento como destaca Almeida (1987, 2007). ALMEIDA, Angela Mendes de et al. *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio

No que diz respeito à barbárie, o Estado brasileiro atua em determinadas situações como uma fábrica de normatização de corpos, locus de desenvolvimento de um racismo de classe, que delega aos pobres e aos descendentes de negros escravizados pelo patriarcalismo uma condição de *homo sacer*²⁶, em meio à biopolítica onde a vida e o direito se confundem, engendrando sujeitos que não possuem direito a vida, tendo em vista que são excluídos das normas, mesmo sendo mantida uma aparência de inclusão.

O pensamento eugênico pode estar oculto por trás de discursos e ideários que permanecem relacionados à barbárie. Observar tais aspectos pode ser relevante para educadores que pretendem considerar o proposto por Adorno e Horkheimer (1985)²⁷ ao enunciarem a necessidade de que “Auschwitz não se repita” na esfera educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Paz e Terra, 2000.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, G; BURIGO, H. **Homo sacer, o poder soberano e a vida nua I**. Ed. UFMG, 2007. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

ARENDT, H. **A condição humana**. trad. Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AZEVEDO, F. et al. **O manifesto dos pioneiros da educação nova**. São Paulo: Nacional, 1932.

de janeiro: Espaço e tempo, 1987. DE ALMEIDA, Angela Mendes. Estado autoritário e violência institucional. In: 28º Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), Montreal. 2007.

Aspectos sobre como a ditadura militar brasileira encontrou uma maneira de permanecer em meio às estruturas jurídicas, nas práticas políticas e na violência cotidiana: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir Pinheiro. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. Boitempo editorial, 2010.

²⁶ Sobre o conceito de Homo Sacer:

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio; BURIGO, Henrique. Homo sacer, o poder soberano e a vida nua I. Ed. UFMG, 2007.

²⁷ ADORNO, T.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

As discussões teóricas apresentadas por Giorgio Agamben (2004, 2007) a respeito da biopolítica, estado de exceção, soberania e vida nua são relevantes nesse contexto por aclarar a atuação de elementos determinantes da biopolítica e suas consequências para a vida social:

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio; BURIGO, Henrique. Homo sacer, o poder soberano e a vida nua I. Ed. UFMG, 2007.

- CARVALHO, M. M. C. de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001
- FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2013.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985): um estudo sobre as políticas educacionais. 1990**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) -Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP, Campinas, SP, UNICAMP.
- HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil, 1930-1945**. Editora UFRJ, 1994.
- HORTA, J. S. B. **Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil: uma contribuição à história da educação brasileira no período 1930-1970**. Editora Autores Associados, 1982.
- LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da escola nova**. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1930.
- SANTOS, R. A. dos. **Os Intelectuais e a ética da crueldade**. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio de Janeiro, 19 a 23-07-2010. Rio de Janeiro, 2010.
- STEPAN, N. L. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Fiocruz, 2005.